

Informação AEPLAN nº 0621/2021

SEGUNDA REVISÃO DO ORÇAMENTO 2021

O Demonstrativo de Receitas e Despesas ao final do primeiro semestre da execução orçamentária de 2021 projeta os seguintes resultados:

- a) Superávit de R\$ 371,264 milhões referente as despesas aprovadas para o exercício de 2021;
- b) Superávit de R\$ 249,955 milhões para atendimento total das despesas aprovadas, considerando os R\$ 121,309 milhões referentes a saldo de dotações não empenhados em exercícios anteriores;
- c) Déficit acumulado previsto até o final de 2021 de R\$ 467,969 milhões, posição que incorpora a transferência do valor negativo de R\$ 717,924 milhões apurado nos exercícios de 2015 a 2020.
- d) Despesas da Universidade frente às Receitas do Tesouro do Estado (ICMS + Lei Kandir), situando-se em 93,17%.

Na sequência, seguem os comentários acerca das receitas e despesas realizadas no primeiro semestre e as novas estimativas para o decorrer do ano.

RECEITA

O somatório das novas estimativas de Receita para 2021, sem que se considere o uso de recursos da Reserva Estratégica, é 12,64% maior que a previsão contida no orçamento inicial (R\$ 332,868 milhões), devendo atingir R\$ 2.965,414 milhões. Essa projeção é resultante das variações previstas nas diversas rubricas de Receitas, as quais relatamos a seguir.

Recursos do Tesouro do Estado (RTE) R\$ 323,590 milhões**✓ ICMS**

A arrecadação de ICMS-Líquido adotada como parâmetro para elaboração da Proposta de Distribuição Orçamentária – 2021 (R\$ 118,001 bilhões) foi estimada pela Secretaria da Fazenda Estadual em agosto de 2020, considerando o valor de arrecadação de ICMS até o mês de julho e as previsões para o período de agosto a dezembro. Além das expectativas de PIB e inflação para o período, o Governo considerou as alterações nas alíquotas do ICMS, com a redução dos valores de isenções e benefícios fiscais. Fato que gera a apresentação da arrecadação anual dividida em Receita do Tesouro de Estado de R\$ 110,810 bilhões e “Recursos Condicionados – Parte do Estado” de R\$ 7,191 bilhões.

Com isso, previu-se um repasse anual total de R\$ 2,591 bilhões de reais para a Universidade. As Receitas do Tesouro de Estado representavam um valor de R\$ 2,433 bilhões, conforme apresentado em propostas orçamentárias de anos anteriores, orçamentada para Unicamp e com repasse garantido. As receitas referentes aos “Recursos Condicionados – Parte do Estado” apresentavam recursos no valor de R\$ 0,158 bilhões, uma novidade apresentada que não possuía forma legal de repasse, por isso os valores foram tratados separadamente devido à falta de confiança se os recursos chegariam ao nosso orçamento.

Informamos que, em dezembro de 2020, foi aprovada a Lei Orçamentária Anual que determinou que o Poder Executivo providenciaria a substituição das fontes de recursos condicionadas pelas respectivas fontes definitivas. Caso as alterações legislativas não fossem aprovadas ou parcialmente aprovadas até 31 de dezembro de 2020, as receitas condicionadas seriam canceladas no todo ou em parte. Dessa forma, o repasse ou a manutenção das dotações orçamentárias aprovadas voltariam ao Poder Executivo para distribuição dos recursos.

Em 30 de dezembro de 2020 é assinado o Decreto nº 65.348, *“que orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2021, substitui as receitas condicionadas...”*. E com a publicação da Resolução SPOG-3, de 22-01-2021, a Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão publicou os quadros de despesas atualizados da Universidade, com o cancelamento total dos “Recursos Condicionados” e com uma nova Receita de Recursos do Tesouro do Estado.

De acordo com o Decreto nº 65.488, de 22 de janeiro de 2021, que *“Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2021, e dá providências correlatas”* o Estado apresenta uma nova previsão de arrecadação de ICMS no valor de R\$ 116,908 bilhões para o exercício de 2021. Dessa forma, a quota-parte da Universidade sobre as Receitas do Tesouro do Estado apresentava na primeira revisão o valor de R\$ 2,567 bilhões, um acréscimo de R\$ 133,890 milhões (5,5%) em comparação aos valores previstos para 2021. Por outro lado, a extinção dos valores de R\$ 157,895 milhões referentes aos “Recursos Condicionados”.

A Secretaria da Fazenda Estadual, apresentou uma nova previsão da arrecadação de ICMS para o exercício de 2021, com valores mais condizentes aos valores já arrecadados no ano, que foi incorporada nesta Revisão Orçamentária. A nova estimativa de arrecadação de ICMS-Líquido é de R\$ 132,604 bilhões, resultando em R\$ 2,911 bilhões de previsão de arrecadação total de receita do ICMS para a Universidade, valor que incorpora um aumento de R\$ 320,663 milhões as receitas previstas inicialmente, incluindo os recursos condicionados.

A utilização da estimativa de arrecadação revisada pela Secretaria da Fazenda Estadual nesta revisão orçamentária, se deve ao fato do valor proposto ser otimista e estar condizente com os valores arrecadados mensalmente, diante de um momento de imprevisibilidade no longo prazo, que não permite projeções futuras mais apuradas. Diante de uma pandemia, em que as ações diárias impactam fortemente na situação futura, essa Assessoria opta por acompanhar as mudanças na nova estimativa de arrecadação apresentada pela Secretaria da Fazenda Estadual.

Esta Assessoria considera que a nova estimativa de arrecadação de ICMS necessita de um maior acompanhamento por todo o exercício, uma vez que se prevê a manutenção do crescimento econômico constante apesar de toda a incerteza sobre a política econômica. Como pode-se observar no Gráfico 1, os resultados do primeiro semestre são fortemente superiores aos inicialmente previstos. Apesar disso, entendemos ainda não ser possível determinar o real patamar da arrecadação de ICMS após cessar os incentivos governamentais na economia. Fato que a arrecadação foi beneficiada com as alterações de taxas de juros, inflação e política de desvalorização cambial durante a pandemia. A questão é saber se o país conseguirá manter esses benefícios e quais serão os impactos das medidas políticas e econômicas pós crise sanitária. Conforme aconteceu em 2020, os números poderão ser revistos a qualquer momento.

✓ **Contingenciamento.**

Os hospitais universitários tiveram a aprovação de recursos de emendas parlamentares durante a aprovação da Lei Orçamentária Anual no valor de R\$ 12,000 milhões para utilização na área assistencial da saúde. Os recursos foram contingenciados pelo Estado durante a publicação do Decreto de Execução Orçamentária. Informamos que são recursos além das receitas provenientes da quota-parte da Universidade e por isso não foram citados em nossos demonstrativos. Caso, haja a liberação dos recursos para os hospitais efeturemos a inclusão na próxima revisão orçamentária.

✓ **Diferença de arrecadação de dezembro de 2020.**

Foi incorporado o valor de R\$ 2,927 milhões em janeiro, proveniente do repasse da quota-parte da Universidade sobre a diferença entre o valor da arrecadação de ICMS prevista para dezembro/20 e o montante efetivamente arrecadado no mês.

✓ **Lei Kandir**

A Lei Kandir se refere aos valores destinados à Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para compensação da isenção do ICMS aos Estados Exportadores. Até o momento de elaboração deste documento a Universidade não recebeu nenhum recurso dessa origem, e com o atraso da homologação da Lei Orçamentária Federal, que “*Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021*”, ainda não temos informações do montante de recursos ou mesmo se serão aprovados. Assim, a quota-parte da Universidade referente a essa receita, que já não havia sido considerada na proposta orçamentária, permanece sem receita previstas.

A nova estimativa que a AEPLAN está utilizando para o cálculo das Receitas do Tesouro do Estado nesta 2ª Revisão representa um acréscimo de R\$ 323,590 milhões (12,49%) em relação à Proposta Orçamentária Inicial, conforme tabela abaixo.

ITEM		VALORES NOMINAIS EM R\$ MILHÕES					TOTAL RTE UNICAMP F = B + C + D + E
		ICMS ANUAL 2020 A	RECEITAS DA UNICAMP SOBRE				
			Q.P. ICMS B = A x 2,1958%	CONDICIONADOS C	LEI KANDIR D	DIFER. DEZ/2019 E	
PROP. ORÇAM.	a	110.810,031	2.433,167	157,895	0,000	0,000	2.591,062
1ª REVISÃO	b	116.907,589	2.567,057	0,000	0,000	2,927	2.569,984
2ª REVISÃO	c	132.604,287	2.911,725	0,000	0,000	2,927	2.914,652
DIFERENÇA	d = c - b	15.696,698	344,668	0,000	0,000	0,000	344,668
	e = c - a	21.794,256	478,558	-157,895	0,000	2,927	323,590
VARIACÃO PERCENTUAL	f = c / b	13,43%	13,43%	-	-	-	13,41%
	g = c / a	19,67%	19,67%	-100,00%	-	-	12,49%

Com a finalidade de demonstrar o desempenho da arrecadação do ICMS no período de 2017 a 2021, preparamos os Gráficos 2 a 13 e as Tabelas 2 a 4, com dados em valores reais (deflacionados para uma mesma base), sobre os quais destacamos as seguintes observações:

- a) Com relação ao mesmo período de 2020, a arrecadação do ICMS do primeiro semestre de 2021 foi 18,72% maior quando deflacionada pelo IPC/FIPE e 19,83% maior quando se utiliza o IPCA/IBGE; Fato que apresenta o forte impacto da pandemia na arrecadação de 2020;
- b) A estimativa de arrecadação de ICMS de R\$ 132,604 bilhões, quando deflacionada, sinaliza para um crescimento, em relação a 2020, de 12,50% pelo IPC-FIPE e 12,91% pelo IPCA-IBGE, situando-se, em média, além das expectativas do Banco Central do Brasil para o crescimento do PIB nacional (5,30%) e inflação no período;
- c) Apresentamos a tabela 2 com os valores de arrecadação deflacionados pelo IGP-DI/FGV como usualmente apresentado. Os dados apresentam uma forte queda de arrecadação em 2020 e 2021 causado pelo ritmo acelerado de crescimento deste índice de inflação;
- d) O segundo trimestre do exercício apresentou um forte crescimento da arrecadação quando comparado aos meses de 2020 que sofreram o maior impacto causado pela pandemia, situando em valores reais próximos do ano de 2019;
- e) Os valores da arrecadação previstos para o segundo semestre sugerem uma manutenção do crescimento da arrecadação baseado na alta da inflação e na retomada da atividade econômica. A tendência observada apresenta elementos de uma retomada da atividade econômica ainda afetada pelos impactos da crise sanitária. Assim sendo, o cenário econômico atual exige o máximo de cautela, visto que há muita incerteza quanto ao desempenho econômico futuro, que será impacto pelas decisões para controle da inflação e taxa de juros;
- f) A série histórica ampliada, bem como outras informações sobre arrecadação do ICMS, podem ser verificadas na página da AEPLAN (http://www.aeplan.unicamp.br/icms_base_calculo_universidades/arrecadacao_icms.php).

Receita Própria R\$ 9,277 milhões

Os juros e a correção monetária obtidos sobre as aplicações financeiras não constituem mais a principal fonte de receita própria da Universidade. O desequilíbrio entre Receita e Despesa, que demandou por vários anos a utilização de recursos das reservas da Instituição, em conjunto com o menor patamar histórico da taxa de juros em 2020, causaram a menor previsão deste item de receita na proposta orçamentária atual. Essa revisão apresenta uma melhora consistente nas estimativas causadas pelo aumento da taxa de juros (SELIC) e também pelo elevado patamar de arrecadação dos últimos meses, e, como consequência, os rendimentos das aplicações financeiras têm sido substancialmente ampliados, apesar de ainda estarmos no menor patamar desde o início das revisões orçamentárias. Dessa forma, com base nos valores arrecadados no primeiro semestre, a AEPLAN está ajustando a estimativa inicial desta rubrica de receita para R\$ 9,129 milhões (+157,10%).

As outras fontes de receitas próprias encontram-se levemente abaixo do previsto inicialmente após uma recuperação recente, com destaque para as receitas do restaurante universitário que atravessam meses com baixa arrecadação devido à suspensão das aulas e dos trabalhos em forma presencial na Universidade. Em razão disso, faz-se necessário diminuir a previsão dessas receitas previstas inicialmente em R\$ 0,829 milhão no ano. Além disso, efetuamos um acerto na previsão da parcela mensal de recursos referentes à renegociação do contrato de adesão ao acordo entre Banco do Brasil e Governo do Estado de São Paulo relativo à folha de pagamento dos servidores públicos estaduais, que resultou numa redução de receita de R\$ 0,020 milhão.

A Receita Própria é fortemente afetada pela pandemia atual nos itens previstos na Proposta Orçamentária. Informamos que reajustamos as estimativas de arrecadação do segundo semestre, considerando a transição das atividades remotas e do isolamento para a retomada das atividades presenciais.

Além disso, o valor total previsto apresenta as Receitas de Doações para o enfrentamento da COVID-19, uma vez que foi arrecadado, até o presente momento, o valor de R\$ 0,997 milhão. Destacamos que os recursos doados foram fundamentais no combate a crise sanitária no exercício anterior, mas infelizmente em 2021 os valores são imensamente inferiores, com uma redução significativa em comparação a 2020. Com isso, todo o montante será utilizado para as despesas extras que surgiram em função da pandemia.

ITEM		VALORES NOMINAIS EM R\$ MILHÕES				
		APLICAÇÕES FINANCEIRAS A	OUTRAS RECEITAS B	ACORDO BB - GOV EST SP C	DOAÇÕES PANDEMIA D	RECEITA PRÓPRIA E = A + B + C + D
PROP. ORÇAM.	a	5,811	30,967	4,707	0,000	41,485
1ª REVISÃO	b	7,216	27,043	4,683	0,624	39,566
2ª REVISÃO	c	14,940	30,138	4,687	0,997	50,762
DIFERENÇA	d = c - b	7,724	3,095	0,004	0,373	11,196
	e = c - a	9,129	-0,829	-0,020	0,997	9,277
VARIACÃO PERCENTUAL	f = c / b	107,05%	11,44%	0,08%	59,77%	28,30%
	g = c / a	157,10%	-2,68%	-0,42%	-	22,36%

Desta forma, a expectativa anual para o montante de receitas próprias inicialmente prevista (R\$ 41,485 milhões) foi ampliada para R\$ 50,762 milhões (+22,36%), havendo um aumento total de R\$ 9,277 milhões.

DESPESA

A projeção da Despesa desta 2ª Revisão Orçamentária deve alcançar R\$ 2.715,459 milhões em 2021, situando-se 4,43% abaixo do montante estimado na proposta orçamentária inicial (-R\$ 125,750 milhões).

Informamos que os valores apresentados a seguir são resultantes da efetiva realização de despesas no primeiro semestre e de alterações de estimativas para o restante do exercício. Ressaltamos que, devido à situação atual causada pela pandemia do COVID-19, essa revisão apresenta a retomada gradativa das atividades presenciais durante o segundo semestre, com base nas reduções apuradas no primeiro semestre.

Na sequência, apresentamos o detalhamento e os comentários sobre as movimentações ocorridas nos diversos Grupos de Despesas:

GRUPO	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA A	1ª REVISÃO B	2ª REVISÃO C	VARIÇÃO	
				R\$	%
				D = C - A	E = C / A
I - PESSOAL	2.148,956	2.129,501	2.128,790	-20,166	-0,94%
II - JUROS ENC. AMORTIZ. E SENTENÇAS JUDICIAIS	8,095	8,095	8,095	0,000	0,00%
III - DESPESAS DE UTILIDADE PÚBLICA	54,525	51,138	48,051	-6,474	-11,87%
IV - RESTAURANTES E TRANSPORTES	50,167	44,474	44,038	-6,129	-12,22%
V - DESPESAS CONTRATUAIS	120,634	121,886	124,536	3,902	3,23%
VI - PROGRAMAS DE APOIO	89,378	88,121	89,366	-0,012	-0,01%
VII - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES EXISTENTES	37,048	37,348	40,213	3,165	8,54%
VIII - PROJETOS ESPECIAIS	41,827	41,417	103,468	61,641	147,37%
IX - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS PRÓPRIAS	161,015	7,818	7,592	-153,423	-95,28%
X - CRÉD. A CONCEDER / VALORES NÃO EMPENHADOS	129,564	129,538	121,309	-8,255	-6,37%
TOTAL	2.841,209	2.659,336	2.715,459	-125,750	-4,43%

- a) Grupo I – Pessoal: a redução de 0,94% nestas despesas (-R\$ 20,166 milhões) é decorrente de diversos fatores que atuaram em sentidos opostos:
- i. Gratificações e designações aprovadas pelos órgãos competentes, durante o primeiro semestre;
 - ii. Pagamento de acerto das pendências geradas pela correção dos valores referente as gratificações de representação incorporadas, ocorrida em março de 2020.
 - iii. Inclusão de despesas para pagamento de Incentivo ao Trabalho Noturno que se faça necessário durante o processo de retomada ao trabalho presencial;

- iv. Abatimento de valor do item Insuficiência Financeira, em função da participação da Universidade na compensação financeira recebida pelo Estado devido à exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015). A seguir, demonstramos os valores abatidos pelo Estado no exercício de 2021;

Royalties do Petróleo

MÊS	Valores em R\$
JAN	355.962
FEV	5.269.733
MAR	1.252.027
ABR	1.276.526
MAI	6.328.545
JUN	1.533.357
TOTAL	16.016.150

- v. Revisão e atualização das projeções da folha de pagamento em relação à folha utilizada anteriormente como base para a proposta orçamentária inicial (Setembro/2020).

SERVIDORES COM EVENTOS REGISTRADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO							
SITUAÇÃO	QUANTIDADE			VARIAÇÃO			
	SET/2020 (A)	MAR/2021 (B)	JUN/2021 (C)	D = C - B	E = C - A	F = C / A	G = C / B
Ativos	8.969	8.950	8.899	-51	-70	-0,78%	-0,57%
Aposentados	5.463	5.450	5.459	9	-4	-0,07%	0,17%
TOTAL	14.432	14.400	14.358	-42	-74	-0,51%	-0,29%

- b) Grupo II – Juros, Encargos, Amortizações e Sentenças Judiciais: os valores aprovados na proposta orçamentária anual permanecem suficientes, dentro das novas estimativas de despesa;
- c) Grupo III – Despesas de Utilidade Pública: a redução de 11,87% (-R\$ 6,474 milhões) é decorrente de:
- i. Redução de 5,39% do custo unitário dos megawatts, neste exercício, referente ao contrato atual para compra de energia elétrica no

mercado livre (2019 a 2021). Os gastos decorrentes desse contrato correspondem a 67% das despesas de energia elétrica no campus Campinas, sendo os outros 33% referentes ao pagamento do sistema de distribuição de energia, cujos valores foram reajustados a partir de maio em 9,60%;

- ii.* Reajuste de preços das tarifas de energia elétrica (9,60% a partir de maio em Campinas e Piracicaba);
- iii.* Reajuste de preços das tarifas de água (Limeira = 3,82% em janeiro, CPQBA = 7,34% em maio e Piracicaba = 3,17% em junho);
- iv.* Redução de consumo de água e energia elétrica apurado no primeiro semestre;
- v.* Previsão de redução das despesas de utilidade pública para os próximos meses devido a retomada gradativa das atividades presenciais durante o segundo semestre.

d) Grupo IV – Restaurantes e Transportes: a redução de 12,22% das despesas deste Grupo em relação ao orçamento inicial (-R\$ 6,129 milhões) se deve a reajustes de preços previstos em cláusulas contratuais e diminuição das quantidades utilizadas na formulação do orçamento inicial dos restaurantes universitários no exercício de 2021; as despesas de transportes permanecem no mesmo patamar, uma vez que não sofreram qualquer diminuição no período.

e) Grupo V – Despesas Contratuais: a ampliação de 3,23%, equivalente a R\$ 3,902 milhões, se deve a reajustes de preços previstos em cláusulas contratuais (R\$ 0,316 milhão); à transferência de recursos advindos de outros Grupos de Despesa (contratos firmados com recursos de custeio – R\$ 1,116 milhão); suplementação de recursos para atendimento das novas licitações de serviços de limpeza (R\$ 0,575 milhão) e serviços de vigilância (R\$ 1,865 milhão); e informamos que foram mantidas todas as estimativas de despesas contratuais.

- f) Grupo VI – Programas de Apoio: a redução de 0,01% (-R\$ 0,012 milhão) é decorrente das reduções de recursos entre os Programas Qualificados (PAEG, PAQPP e PAEMT) e outros Grupos de Despesa, com o objetivo de adequar a operacionalização da execução orçamentária; e a suplementação de recursos de R\$ 1,500 milhão no Programa de Manutenção predial (R\$ 1,125 milhão para as Unidades de Ensino + 0,225 milhão para área da saúde e R\$ 0,150 milhão para a administração central), para atender despesas com a retomada das atividades presenciais.
- g) Grupo VII – Manutenção das Atividades Existentes: a ampliação de 8,54% (R\$ 3,165 milhões) é resultante das transferências de recursos oriundos de outros Grupos de Despesa, principalmente o Grupo VI – Programas de Apoio, e do Grupo IX – Despesas Custeadas com Receita Própria; e a suplementação de R\$ 1,850 milhão para atender despesas com a retomada das atividades presenciais.
- h) Grupo VIII – Projetos Especiais: o aumento das despesas verificadas neste Grupo (R\$ 61,641 milhões) é decorrente das seguintes movimentações:
- i.* Transferência de parte dos recursos da Reserva Técnica (-R\$ 5,177 milhões) para os Grupos III, IV e V, para atender a reajustes de preços previstos em cláusulas contratuais;
 - ii.* Suplementação de recursos para cobertura do déficit orçamentário do Hospital de Clínicas (R\$ 10,613 milhões), referente ao enfrentamento da pandemia da COVID-19;
 - iii.* Pagamento de auto de infração à UNICAMP pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB referente as contribuições previdenciárias do exercício de 2009 (R\$ 1,242 milhão), valores julgados e sem novas possibilidades de contestação jurídica;
 - iv.* Criação do Programa de Retomada Segura no valor de R\$ 26,5 milhões, com a finalidade de estruturar a Universidade para o retorno das atividades presenciais; Os recursos propostos serão utilizados para reestruturação dos restaurantes universitários,

- adaptação físicas de espaços de ensino e convivência, aquisição de equipamentos e infraestrutura tecnológica, além de acréscimos contratuais para os serviços de fretados e de limpeza para atendimento dos protocolos de segurança;
- v. Suplementação de R\$ 20,000 milhões destinados a atender as despesas com obras e investimentos da Universidade, programa controlado pela Diretoria Executiva de Planejamento Integrado (DEPI); informamos que a DEPI não possui recursos disponíveis para atendimento de obras de urgência, para complementação de recursos de atualização financeira dos investimentos aprovados, além da crescente necessidade de obras de acessibilidade, auto de vistoria do corpo de bombeiros e obras com contrapartida de convênio;
 - vi. Aporte de recursos de R\$ 8,281 milhões para a contratação de serviços e a execução de obras, reformas e aquisições, as quais, por estarem em plena execução ou pela necessidade de execução imediata, justificaram a liberação de recursos (Anexo I), seguindo a ordenação da planilha constante no site da PRDU, aprovada em 2018.
- i) Grupo IX – Despesas Custeadas com Receitas Próprias: uma redução de R\$ 153,423 milhões é resultante de:
- i. Redução de R\$ 1,162 milhão nos valores de despesas custeadas com a receita própria que ocorre pela transferência de recursos para outros Grupos de Despesa, com o objetivo de adequar a operacionalização da execução orçamentária;
 - ii. Cancelamento dos valores de R\$ 157,895 milhões, referente a reserva de contingência aplicada no orçamento de 2021, devido a incerteza da forma de repasse dos recursos condicionados apresentados no projeto de lei orçamentária; conforme aprovado no Conselho Universitário, os valores foram reduzidos de acordo com a Lei Orçamentária Anual;

iii. Acréscimo de despesas no valor de R\$ 5,634 milhões; sendo R\$ 0,997 milhão referente ao valor total das doações recebidas pela Universidade em 2021 para enfrentamento da pandemia do COVID-19; e R\$ 4,637 milhões referente as doações recebidas em 2020 e não executadas no exercício citado, conforme dados apurados em balanço.

j) Grupo X – Créditos a Conceder Equivalentes aos Valores não Empenhados em Exercícios Anteriores: uma redução de R\$ 8,229 milhões, referente a suplementação de recursos no Grupo VIII, com o objetivo de adequar a operacionalização da execução orçamentária de investimentos aprovados em anos anteriores.

BALANÇO DA RECEITA E DESPESA

O Balanço do Demonstrativo da Receita-Despesa nesta segunda Revisão do Orçamento 2021 projeta um superávit anual de R\$ 249,955 milhões, quando considerada as aprovações de despesas de R\$ 121,309 milhões referentes a saldo de dotações não empenhados em exercícios anteriores. O superávit ora estimado em relação ao valor previsto na Proposta Orçamentária Inicial (cujo valor correspondia a R\$ 208,663 milhões, dos quais R\$ 79,099 milhões referentes às despesas aprovadas para o exercício de 2021) é decorrente das seguintes alterações nas expectativas de Receitas e Despesas do exercício:

VARIAÇÕES DE VALORES (Proposta Inicial 2021 x 2ª Revisão Orçamentária)			
ITENS		VALOR EM R\$ MILHÃO	
Receitas	RTE	481,485	
	Condicionados	-157,895	
	Receita Própria	9,278	
	Total	A	332,868
Despesas	I - PESSOAL	-20,166	
	II - JUROS ENCARGOS AMORTIZ. E SENTENÇAS JUDICIAIS	0,000	
	III - DESPESAS DE UTILIDADE PÚBLICA	-6,474	
	IV - RESTAURANTES E TRANSPORTES	-6,129	
	V - DESPESAS CONTRATUAIS	3,902	
	VI - PROGRAMAS DE APOIO	-0,012	
	VII - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES EXISTENTES	3,165	
	VIII - PROJETOS ESPECIAIS	61,641	
	IX - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS PRÓPRIAS	-153,423	
	X - CRÉDITOS A CONCEDER / VALORES NÃO EMPENHADOS	-8,255	
	Total	B	-125,750
Superávit	Proposta Orçamentária Inicial	C	-208,663
	Primeira Revisão Orçamentária	D = C - A + B	249,955

Nesta revisão, foi apresentada uma atualização das expectativas de Receitas e Despesas para 2021. As despesas previstas nesta revisão orçamentária são inferiores as Receitas do Tesouro do Estado em 6,83%, acumulando, dessa forma, uma parcela significativa em nossas reservas estratégicas. Ressaltamos que o superávit apresentado tem um impacto direto com a pandemia, onde as nossas Receitas do Tesouro do Estado já se recuperaram a patamares anteriores à crise sanitária, enquanto as despesas ainda estão fortemente reduzidas devido as atividades remotas e pouca circulação de pessoas nos campi.

Face ao exposto, destacamos a importância de se manter todos os esforços possíveis na otimização do uso dos recursos arrecadados. Afinal, atravessamos um momento ímpar na história orçamentária desta Universidade, um período de forte arrecadação e baixa despesa. O momento ideal para recuperar as perdas do passado recente, mas infelizmente este cenário mudará num futuro próximo, quando voltarmos nossas despesas ao patamar pré pandêmico. A AEPLAN reforça a necessidade de continuidade do acompanhamento próximo da arrecadação e dos gastos devido ao cenário incerto que o futuro nos trará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto da situação orçamentária-financeira da Universidade foi exposto nos tópicos anteriores. Entretanto, a Comissão de Orçamento e Patrimônio poderá aprovar outros itens passíveis de acréscimo ou redução de despesas, com seus respectivos custos estimados. Como estes não estão contidos nas estimativas apresentadas, caso haja entendimento de que algumas dessas alterações devam ser realizadas, a AEPLAN produzirá um novo documento de Demonstrativo de Receita/Despesa contemplando as mesmas. Essa nova versão será incorporada ao material desta Revisão Orçamentária para a pauta a ser apreciada pela Câmara de Administração.

Considerando o cenário econômico e pandêmico imprevisível em um futuro próximo, a AEPLAN, em conjunto com a PRDU, fará um acompanhamento mensal das previsões de arrecadação do ICMS, com a possibilidade de propor novas medidas em função de uma mudança significativa de cenário.

AEPLAN, 03 de agosto de 2021.

THIAGO BALDINI DA SILVA
Diretor de Planejamento Econômico
Matrícula 299186

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Baldini da Silva, DIRETOR DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO**, em 06/08/2021, às 09:19 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
E565881E 06FE45A4 BE74658B B5B30509



ORÇAMENTO - 2021
DEMONSTRATIVO RECEITA/DESPESA

Valores Nominais		Em R\$ Mil													
R E C E I T A							D E S P E S A								
DISCRIMINAÇÃO	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ORIGINAL (A)	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 1ª REVISÃO (B)	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA REVISADA				DISCRIMINAÇÃO	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ORIGINAL (G)	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 1ª REVISÃO (H)	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA REVISADA					
			REALIZADA JAN/JUN (C)	ESTIMADA JUL/DEZ (D)	TOTAL E = (C + D)	DIF.% REAL/PREV (A) F = (E / A)				REALIZADA JAN/JUN (I)	ESTIMADA JUL/DEZ (J)	TOTAL K = (I + J)	DIF.% REAL/PREV (G) L = (K / G)	PART.% S/R.T.E. (E) RTE M = (L / K)	
RECURSO TESOUREIRO ESTADO - RTE	2.591.062	2.569.983	1.396.639	1.518.012	2.914.651	12,49	CATEGORIA A - DESPESAS FIXAS	2.157.051	2.137.597	989.689	1.147.196	2.136.885	(0,93)	73,32	
Quota-parte sobre ICMS - 2,1958% (1)	2.433.167	2.567.057	1.393.713	1.518.012	2.911.725	19,67	GRUPO I - PESSOAL	2.148.956	2.129.501	989.322	1.139.468	2.128.790	(0,94)	73,04	
Quota-parte sobre Recursos Condicionados	157.895	-	-	-	-	-	- Folha de Pagamento	1.996.274	1.976.450	912.416	1.063.251	1.975.668	(1,03)	67,78	
Quota-parte sobre recursos referente Lei Kandir	-	-	-	-	-	-	- Horas Extras e Regime de Sobreaviso	2.050	2.050	1.796	255	2.050	-	0,07	
Contingenciamento	-	-	-	-	-	-	- Plantões - Área da Saúde	37.916	37.916	18.689	19.227	37.916	-	1,30	
Diferença de arrecadação de dezembro de 2020	-	2.927	2.927	-	2.927	-	- Programa de Auxílio Alimentação	101.315	101.215	50.410	50.634	101.044	(0,27)	3,47	
							- Programa de Auxílio Criança	11.400	11.870	6.011	6.101	12.112			
							- Programa Desenvolvimento Carreiras	-	-	-	-	-			
RECEITA PRÓPRIA	41.485	39.566	28.087	22.676	50.763	22,37	GRUPO II - JUR.ENC.AMORT. E SENT.JUDICIAIS	8.095	8.095	367	7.729	8.095	(0,00)	0,28	
Aplicações Financeiras	5.811	7.216	6.180	8.760	14.940	157,10	CATEGORIA B - DESP. COMPROMISSADAS	314.704	305.619	105.466	200.525	305.991	(2,77)	10,50	
Outras Receitas	30.967	27.043	18.618	11.520	30.138	(2,68)	GRUPO III - DESPESAS UTILIDADE PÚBLICA	54.525	51.138	17.178	30.873	48.051	(11,87)	1,65	
Crédito de Adesão Acordo BB Gov. Est. SP	4.707	4.683	2.344	2.344	4.687	(0,41)	GRUPO IV - RESTAURANTES E TRANSPORTES	50.167	44.474	14.940	29.098	44.038	(12,22)	1,51	
Receita Doações Pandemia COVID-19	-	624	945	52	997	-	GRUPO V - DESPESAS CONTRATUAIS	120.634	121.886	40.127	84.409	124.536	3,23	4,27	
							GRUPO VI - PROGRAMAS DE APOIO	89.378	88.121	33.221	56.145	89.366	(0,01)	3,07	
							CATEGORIA C - OUTRAS DESPESAS	37.048	37.348	15.643	24.570	40.213	8,54	1,38	
							GRUPO VII - MANUT.ATIVIDADES EXISTENTES	37.048	37.348	15.643	24.570	40.213	8,54	1,38	
							CATEGORIA D - DESPESAS VINCULADAS 1	41.827	41.417	5.117	98.351	103.468	147,37	3,55	
							GRUPO VIII - PROJETOS ESPECIAIS	41.827	41.417	5.117	98.351	103.468	147,37	3,55	
SUBTOTAL	2.632.546	2.609.549	1.424.726	1.540.688	2.965.414	12,64	S U B T O T A L	2.550.630	2.521.981	1.115.915	1.470.643	2.586.558	1,41	88,74	
							CATEGORIA D - DESPESAS VINCULADAS 2	161.015	7.818	1.799	5.793	7.592	(95,28)	0,26	
							GRUPO IX - DESP.CUST.C/RECEITAS PRÓPRIAS	161.015	7.818	1.799	5.793	7.592	(95,28)	0,26	
							Receita Condicionada	157.895	-	-	-	-	-	-	
							Receita Própria - outras	3.120	2.556	270	1.687	1.958	(37,25)	0,07	
							Receita - Doações Pandemia COVID-19	-	5.261	1.528	4.106	5.634	-	0,19	
RESERVA ESTRATÉGICA (2)	208.663	-	-	-	-	(100,00)	CATEGORIA E - DESPESAS VINCULADAS 3	129.564	129.538	64.769	56.540	121.309	(6,37)	4,16	
Suporte Financeiro - Despesas do exercício	79.099	-	-	-	-	-	GRUPO X - CRÉDITOS A CONCEDER / VALORES NÃO EMPENHADOS EM EXERC. ANTERIORES	129.564	129.538	64.769	56.540	121.309	(6,37)	4,16	
Suporte Financeiro - Despesas aprovadas (anos anteriores)	129.564	-	-	-	-	-									
TOTAL DO EXERCÍCIO	2.841.209	2.609.549	1.424.726	1.540.688	2.965.414	4,37	TOTAL DO EXERCÍCIO	2.841.209	2.659.336	1.182.483	1.532.976	2.715.459	(4,43)	93,17	

RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2021			
RECEITA (-) DESPESA: JAN - JUN.....	(C - I)	= R\$	242.243
RECEITA (-) DESPESA: JAN - DEZ.....	(E - K)	= R\$	249.955

RESULTADO ACUMULADO		
TOTAL DE 2015 ATÉ 31/12/2020.....	= R\$	(717.924)
ESTIMATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2021	= R\$	249.955
TOTAL ESTIMADO ATÉ 31/12/2021.....	= R\$	(467.969)

68 (1) Jan a Jun: quota-parte sobre arrecadação efetiva; Jul a Dez: previsão baseada na Lei Orçamentária Anual (= R\$ 99,623 bilhões)

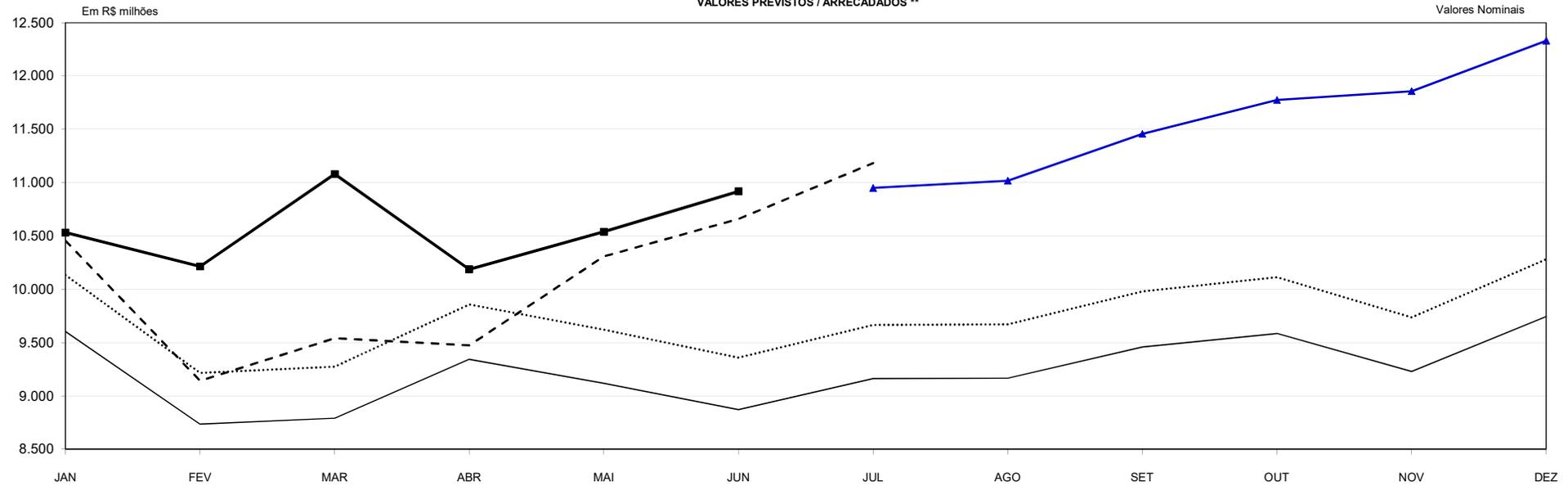
69 (2) Valor previsto na Proposta Orçamentária Inicial, como indicativo da necessidade de aporte adicional de recursos provenientes das reservas da Universidade

ANEXO I
Projetos Especiais

Em R\$ 1,00

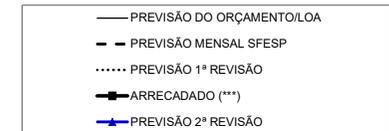
	INVESTIMENTOS REALIZADOS	R\$
1	Reforma elétrica do Prédio Principal do Instituto de Artes - Projeto -Proc. 01-P-25701/2019 - Priorizados PRDU	26.000,00
2	Reforma do Paviartes - Pavilhões I e II - IA - Proc. 01-P-07307/2020	8.056.220,00
3	Planejamento SPDA para Divisão de Meio Ambiente da PREFEITURA - Proc. 01-P- 15389/2021 (d) e 01-P-00403/2012	172.844,00
4	Convalidação de despesas para pagamento do contrato 131/2018 no período de 11/03 a 31/03/2020	26.272,35
5	Suplementação excepcional de recursos ao HC - despesas com abertura de leitos adicionais para COVID jun-2021	4.403.298,10
6	Auto de infração à UNICAMP pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB - Contribuições Previdenciárias - Ano 2009	1.424.137,15
7	Suplementação de recursos ao HC - Despesas aprovadas para enfrentamento da pandemia COVID - Parecer COP 04/2021	6.210.000,00
	TOTAL:	20.318.771,60

GRÁFICO 1
ARRECAÇÃO DO ICMS * - 2021
VALORES PREVISTOS / ARRECADADOS **



* Não inclui Programas Habitacionais
** Incluso no valor arrecadado:

PPI	PEP
Jan = R\$ 0,010 mi	Jan = R\$ 41,566 mi
Fev = R\$ 0,008 mi	Fev = R\$ 42,185 mi
Mar = R\$ 0,003 mi	Mar = R\$ 38,955 mi
Abr = R\$ 0,012 mi	Abr = R\$ 39,518 mi
Mai = (R\$ 0,016) mi	Mai = R\$ 37,738 mi
Jun = R\$ 0,019 mi	Jun = R\$ 36,053 mi



*** Jan a Jun/2021 = Dados Definitivos

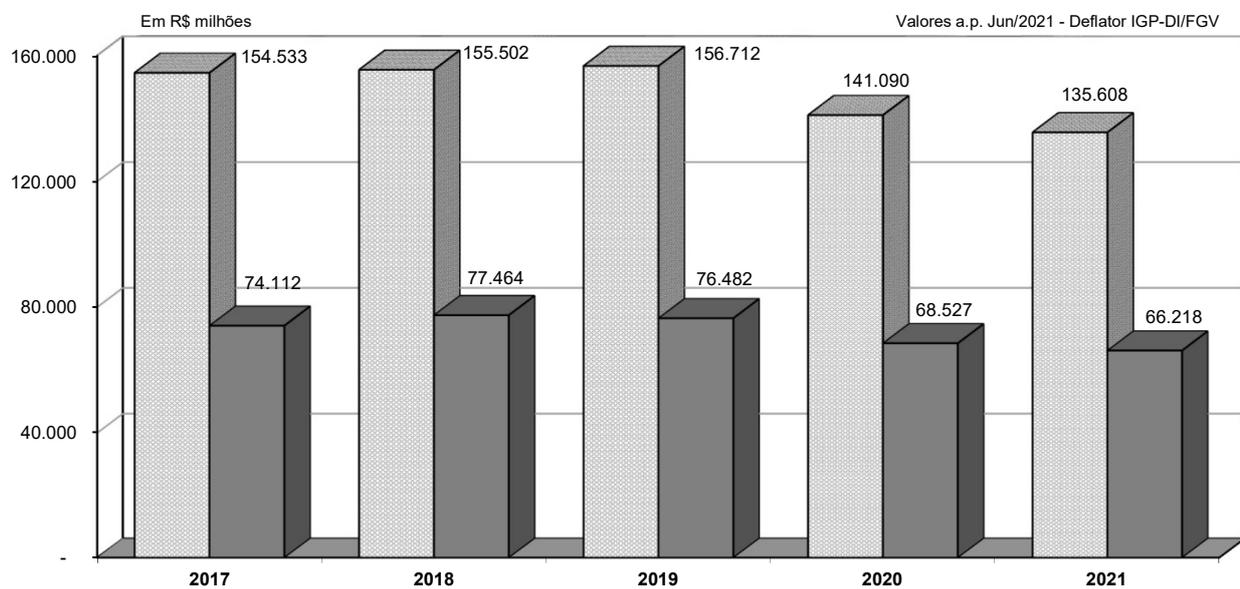
TABELA 1
ARRECAÇÃO DO ICMS - 2021 ⁽¹⁾
VALORES PREVISTOS / ARRECADADOS

MÊS	PREVISÃO DE ARRECAÇÃO					ARRECADADO ⁽⁵⁾	QUOTA-PARTE UNICAMP					ANÁLISE COMPARATIVA									
	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA INICIAL ⁽²⁾	1ª REVISÃO/DECRETO DE EXECUÇÃO ⁽³⁾	2ª REVISÃO ⁽⁴⁾	SFESP MENSAL	A		B	C	D	E	F = A x 2,1958%	G = B x 2,1958%	H = C x 2,1958%	I = D x 2,1958%	J = E x 2,1958%	VARIÇÃO em R\$			VARIÇÃO %		
																K = H - F	L = J - G	M = J - I	N = H / F	O = H / F	P = H / G
JAN	9.604.570.092	10.133.082.075	10.531.879.528	10.455.104.377	10.531.879.528	210.897.150	222.502.216	231.259.011	229.573.182	231.259.011	20.361.861	8.756.795	1.685.829	9,65	3,94	0,73					
FEV	8.734.801.984	9.215.453.119	10.214.290.914	9.141.766.660	10.214.290.914	191.798.782	202.352.920	224.285.400	200.734.912	224.285.400	32.486.618	21.932.480	23.550.488	16,94	10,84	11,73					
MAR	8.790.725.129	9.274.453.555	11.080.566.663	9.540.744.730	11.080.566.663	193.026.742	203.648.451	243.307.083	209.495.673	243.307.083	50.280.341	39.658.632	33.811.410	26,05	19,47	16,14					
ABR	9.343.443.102	9.857.586.014	10.187.067.035	9.474.323.823	10.187.067.035	205.163.324	216.452.874	223.687.618	208.037.203	223.687.618	18.524.294	7.234.744	15.650.415	9,03	3,34	7,52					
MAI	9.118.965.722	9.620.756.287	10.539.715.723	10.308.857.847	10.539.715.723	200.234.249	211.252.567	231.431.078	226.361.901	231.431.078	31.196.829	20.178.511	5.069.177	15,58	9,55	2,24					
JUN	8.870.688.894	9.358.817.496	10.659.857.853	10.659.857.853	10.918.235.190	194.782.587	205.500.915	234.069.159	234.069.159	239.742.608	39.286.572	34.241.693	5.673.449	20,17	16,66	2,42					
SUBTOTAL JAN - JUN	54.463.194.923	57.460.148.546	63.213.377.716	59.580.655.290	63.471.755.053	1.195.902.834	1.261.709.943	1.388.039.349	1.308.272.030	1.393.712.798	192.136.515	132.002.855	85.440.768	16,07	10,46	6,53					
JUL	9.161.783.981	9.665.930.713	10.950.585.665	11.183.357.853	-	201.174.453	212.244.507	240.452.960	245.564.172	-	39.278.507	-	-	19,52	-	-					
AGO	9.166.427.619	9.670.829.876	11.018.896.447	-	-	201.276.418	212.352.082	241.952.928	-	-	40.676.510	-	-	20,21	-	-					
SET	9.458.846.376	9.979.339.600	11.456.982.310	-	-	207.697.349	219.126.339	251.572.418	-	-	43.875.069	-	-	21,12	-	-					
OUT	9.585.956.249	10.113.443.966	11.776.066.956	-	-	210.488.427	222.071.003	258.578.878	-	-	48.090.451	-	-	22,85	-	-					
NOV	9.229.090.109	9.736.940.504	11.857.328.869	-	-	202.652.361	213.803.740	260.363.227	-	-	57.710.866	-	-	28,48	-	-					
DEZ	9.744.731.497	10.280.956.162	12.331.049.186	-	-	213.974.815	225.749.236	270.765.179	-	-	56.790.364	-	-	26,54	-	-					
SUBTOTAL JUL - DEZ	56.346.835.832	59.447.440.821	69.390.909.433	11.183.357.853	-	1.237.263.823	1.305.346.907	1.523.685.590	245.564.172	-	286.421.767	-	-	23,15	-	-					
TOTAL	110.810.030.755	116.907.589.367	132.604.287.149	70.764.013.143	63.471.755.053	2.433.166.657	2.567.056.850	2.911.724.939	1.553.836.202	1.393.712.798	478.558.282	-	-	19,67	-	-					

Dados Observados:
Inflação IPCA/IBGE = 6,56%
PIB Nacional = 5,29%
Boletim BCB/FOCUS de 23/07/2021

Notas:
(1) Não inclui Programas Habitacionais;
(2) Previsão anual de R\$ 110.810 Bilhões com base na Lei Orçamentária Anual. Distribuição mensal elaborada pela AEPLAN, com base na sazonalidade de 2020;
(3) Previsão anual de R\$ 116.908 Bilhões com base no Decreto de Execução Orçamentária. Distribuição mensal elaborada pela AEPLAN;
(4) Previsão anual de R\$ 132.604 Bilhões com base nos valores arrecadados no exercício. Distribuição mensal elaborada pela AEPLAN;
(5) Coluna E - Valor Arrecadado: Dados Definitivos

GRÁFICO 2
ARRECAÇÃO ICMS * 2016 A 2021
DADOS ACUMULADOS



* Inclui PPI e PEP. Não inclui Programas Habitacionais.
Jan/2017 a Jun/2021 = Dados Definitivos

■ ICMS Anual ■ JAN-JUN

TABELA 2

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARRECAÇÃO DO ICMS-2017/2021

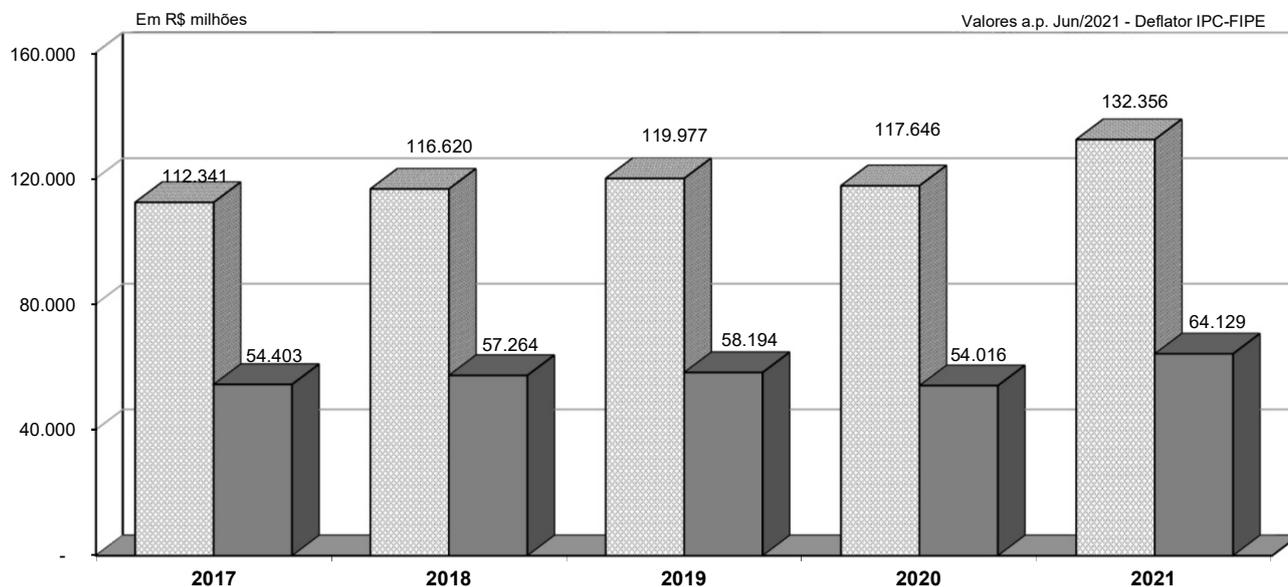
MÊS	VALORES A PREÇO DE JUN/2021 - DEFLATOR: IGP-DI/FGV					ANÁLISE COMPARATIVA %			
	ARRECADADO	ARRECADADO	ARRECADADO	ARRECADADO	ARRECADADO	2021/2017	2021/2018	2021/2019	2021/2020
	2017	2018	2019	2020	2021	F = E / A	G = E / B	H = E / C	I = E / D
	A	B	C	D	E				
JAN	12.705.480.525	14.031.365.506	13.827.284.520	13.608.207.139	11.694.344.462	(7,96)	(16,66)	(15,43)	(14,06)
FEV	10.476.447.547	12.541.752.486	12.408.261.778	12.407.098.584	11.042.451.311	5,40	(11,95)	(11,01)	(11,00)
MAR	13.019.649.860	12.466.227.563	12.350.620.995	12.496.836.908	11.724.540.945	(9,95)	(5,95)	(5,07)	(6,18)
ABR	12.732.332.318	13.414.542.195	13.019.346.733	10.757.179.963	10.545.014.084	(17,18)	(21,39)	(19,01)	(1,97)
MAI	12.213.047.335	12.753.267.574	12.652.960.133	9.211.517.197	10.551.309.410	(13,61)	(17,27)	(16,61)	14,54
JUN	12.964.629.666	12.257.285.617	12.223.910.018	10.045.701.227	10.659.857.853	(17,78)	(13,03)	(12,80)	6,11
SUBT JAN-JUN	74.111.587.251	77.464.440.941	76.482.384.177	68.526.541.018	66.217.518.065	(10,65)	(14,52)	(13,42)	(3,37)
JUL	12.754.290.523	12.996.590.839	12.630.583.135	11.169.406.871	10.950.585.665	(14,14)	(15,74)	(13,30)	(1,96)
AGO	13.703.803.618	13.016.324.657	12.701.572.280	11.629.400.630	11.018.896.447	(19,59)	(15,35)	(13,25)	(5,25)
SET	13.330.488.060	12.801.086.808	13.041.655.310	12.020.864.916	11.456.982.310	(14,05)	(10,50)	(12,15)	(4,69)
OUT	13.304.015.987	13.024.012.002	13.346.974.518	12.292.715.402	11.776.066.956	(11,48)	(9,58)	(11,77)	(4,20)
NOV	13.556.497.282	12.812.940.367	13.374.853.438	12.697.889.734	11.857.328.869	(12,53)	(7,46)	(11,35)	(6,62)
DEZ	13.772.443.697	13.386.329.651	15.134.007.357	12.753.399.633	12.331.049.186	(10,47)	(7,88)	(18,52)	(3,31)
SUBT JUL-DEZ	80.421.539.167	78.037.284.324	80.229.646.038	72.563.677.186	69.390.909.433	(13,72)	(11,08)	(13,51)	(4,37)
TOTAL	154.533.126.418	155.501.725.265	156.712.030.215	141.090.218.204	135.608.427.498	(12,25)	(12,79)	(13,47)	(3,89)

Notas:

1) ICMS: Jan/2017 a Jun/2021 = Dados Definitivos
Inclui PPI e PEP. Não inclui Programas Habitacionais

2) IGP-DI/FGV: Jan/2017 a Jun/2021 = Real
2021 = 14,27% a.a (valores definitivos)

GRÁFICO 3
ARRECAÇÃO ICMS* 2016 A 2021
DADOS ACUMULADOS



* Inclui PPI e PEP. Não inclui Programas Habitacionais.
Jan/2017 a Jun/2021 = Dados Definitivos

■ ICMS Anual ■ JAN-JUN

TABELA 3

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARRECAÇÃO DO ICMS-2017/2021

MÊS	VALORES A PREÇO DE JUN/2021 - DEFLATOR: IPC-FIPE					ANÁLISE COMPARATIVA %			
	ARRECADADO 2 0 1 7	ARRECADADO 2 0 1 8	ARRECADADO 2019	ARRECADADO 2020	ARRECADADO 2021	2021/2017	2021/2018	2021/2019	2021/2020
	A	B	C	D	E	F = E / A	G = E / B	H = E / C	I = E / D
JAN	9.468.981.131	10.181.693.938	10.368.561.019	10.559.123.884	10.808.451.917	14,15	6,16	4,24	2,36
FEV	7.818.695.007	9.152.867.123	9.370.196.248	9.617.521.655	10.458.468.789	33,76	14,26	11,61	8,74
MAR	9.666.260.270	9.148.697.058	9.378.632.683	9.836.115.522	11.265.468.479	16,54	23,14	20,12	14,53
ABR	9.279.126.114	9.939.181.780	9.946.572.684	8.496.574.850	10.311.687.565	11,13	3,75	3,67	21,36
MAI	8.859.715.674	9.585.980.234	9.707.267.271	7.371.272.151	10.625.087.420	19,93	10,84	9,45	44,14
JUN	9.309.993.952	9.256.044.865	9.423.050.335	8.135.697.453	10.659.857.853	14,50	15,17	13,13	31,03
SUBT JAN-JUN	54.402.772.148	57.264.464.998	58.194.280.240	54.016.305.515	64.129.022.023	17,88	11,99	10,20	18,72
JUL	9.132.384.293	9.834.891.323	9.721.958.204	9.234.336.050	10.898.740.357	19,34	10,82	12,10	18,02
AGO	9.825.982.355	9.876.310.400	9.694.746.344	9.909.429.982	10.914.805.991	11,08	10,52	12,58	10,15
SET	9.615.643.790	9.848.449.475	10.004.093.590	10.463.821.407	11.295.023.034	17,47	14,69	12,90	7,94
OUT	9.575.503.701	9.998.017.215	10.278.165.790	10.963.767.608	11.554.631.622	20,67	15,57	12,42	5,39
NOV	9.806.843.900	9.709.291.719	10.317.025.757	11.505.614.965	11.579.282.851	18,07	19,26	12,23	0,64
DEZ	9.981.886.983	10.089.063.042	11.766.515.106	11.552.473.132	11.984.882.672	20,07	18,79	1,86	3,74
SUBT JUL-DEZ	57.938.245.022	59.356.023.174	61.782.504.791	63.629.443.144	68.227.366.527	17,76	14,95	10,43	7,23
TOTAL	112.341.017.170	116.620.488.172	119.976.785.031	117.645.748.659	132.356.388.550	17,82	13,49	10,32	12,50

Notas:

1) ICMS: Jan/2017 a Jun/2021 = Dados Definitivos
Inclui PPI e PEP. Não inclui Programas Habitacionais

2) IPC - FIPE: Jan/2017 a Jun/2021 = Real
2021 = 6,50% a.a

GRÁFICO 4
ARRECAÇÃO ICMS* 2017 A 2021
DADOS ACUMULADOS

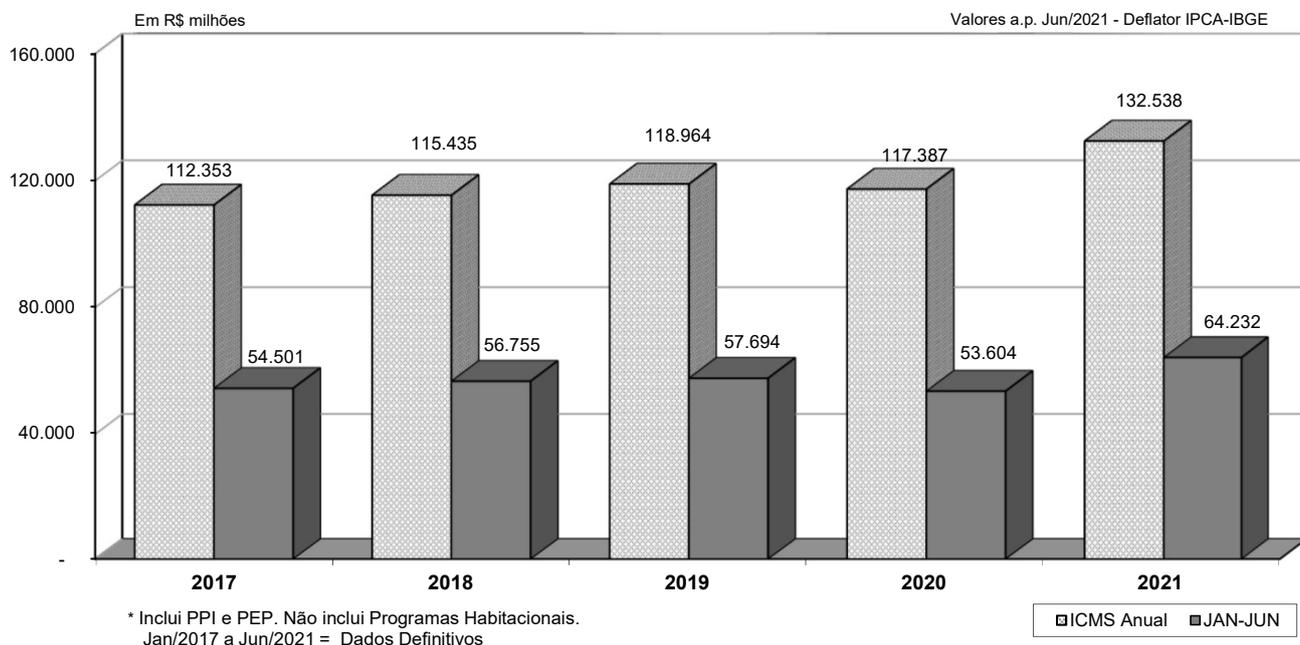


TABELA 4

ANÁLISE COMPARATIVA DA ARRECAÇÃO DO ICMS-2017/2021

MÊS	VALORES A PREÇO DE JUN/2021 - DEFLATOR: IPCA-IBGE					ANÁLISE COMPARATIVA %			
	ARRECADADO	ARRECADADO	ARRECADADO	ARRECADADO	ARRECADADO	2021/2017	2021/2018	2021/2019	2021/2020
	2017	2018	2019	2020	2021	F = E / A	G = E / B	H = E / C	I = E / D
	A	B	C	D	E				
JAN	9.509.679.608	10.182.537.387	10.303.481.407	10.481.588.797	10.901.212.359	14,63	7,06	5,80	4,00
FEV	7.820.211.876	9.086.104.582	9.321.581.668	9.533.568.373	10.482.338.410	34,04	15,37	12,45	9,95
MAR	9.657.527.149	9.073.798.516	9.307.749.084	9.753.177.120	11.266.568.228	16,66	24,17	21,05	15,52
ABR	9.314.254.331	9.833.221.269	9.843.913.344	8.425.776.605	10.326.059.276	10,86	5,01	4,90	22,55
MAI	8.861.339.338	9.463.948.562	9.592.685.914	7.320.123.389	10.595.576.216	19,57	11,96	10,45	44,75
JUN	9.337.833.001	9.115.652.083	9.324.859.030	8.089.720.176	10.659.857.853	14,16	16,94	14,32	31,77
SUBT JAN-JUN	54.500.845.303	56.755.262.399	57.694.270.447	53.603.954.460	64.231.612.342	17,85	13,17	11,33	19,83
JUL	9.136.847.844	9.676.064.918	9.615.850.977	9.172.085.901	10.902.266.819	19,32	12,67	13,38	18,86
AGO	9.821.953.982	9.765.442.948	9.610.008.591	9.895.651.858	10.921.870.453	11,20	11,84	13,65	10,37
SET	9.598.266.764	9.729.172.540	9.920.620.210	10.499.110.002	11.305.990.636	17,79	16,21	13,96	7,69
OUT	9.548.680.990	9.879.878.634	10.198.514.906	11.036.735.151	11.569.593.624	21,16	17,10	13,44	4,83
NOV	9.780.348.371	9.629.177.897	10.254.388.448	11.598.260.706	11.598.028.286	18,59	20,45	13,10	-
DEZ	9.965.820.973	9.999.821.132	11.670.797.138	11.581.150.080	12.008.168.901	20,49	20,08	2,89	3,69
SUBT JUL-DEZ	57.851.918.924	58.679.558.069	61.270.180.270	63.782.993.698	68.305.918.719	18,07	16,40	11,48	7,09
TOTAL	112.352.764.227	115.434.820.468	118.964.450.717	117.386.948.158	132.537.531.061	17,97	14,82	11,41	12,91

Notas:

1) ICMS: Jan/2017 a Jun/2021 = Dados Definitivos
Inclui PPI e PEP. Não inclui Programas Habitacionais

2) IPCA - IBGE: Jan/2017 a Jun/2021 = Real
2021 = 6,56% a.a

GRÁFICO 5
ARRECAÇÃO ICMS 2017 a 2021
DADOS COMPARATIVOS MENSAIS

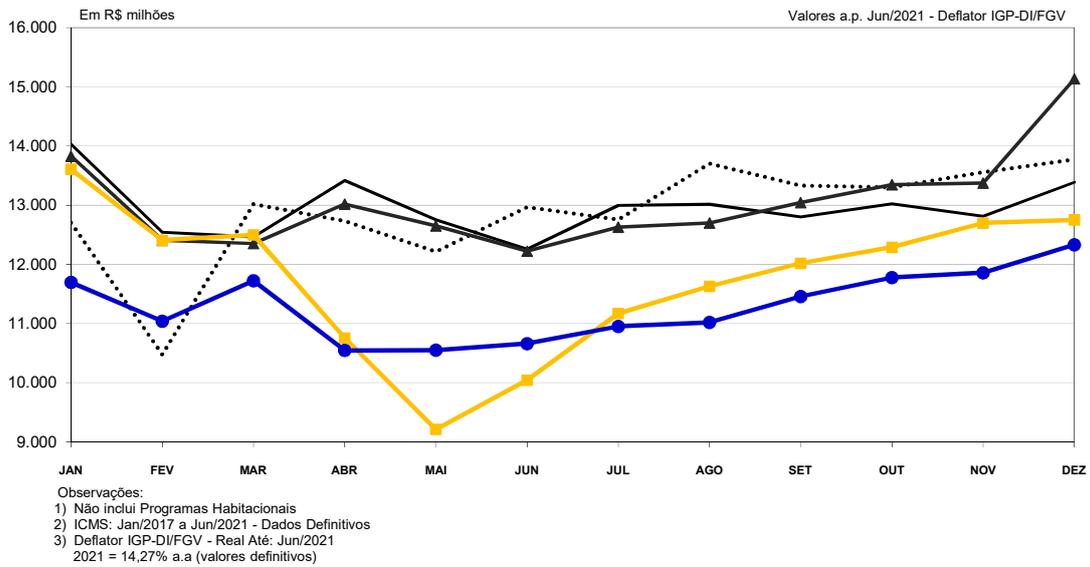


GRÁFICO 6
ARRECAÇÃO ICMS 2017 a 2021
DADOS COMPARATIVOS MENSAIS

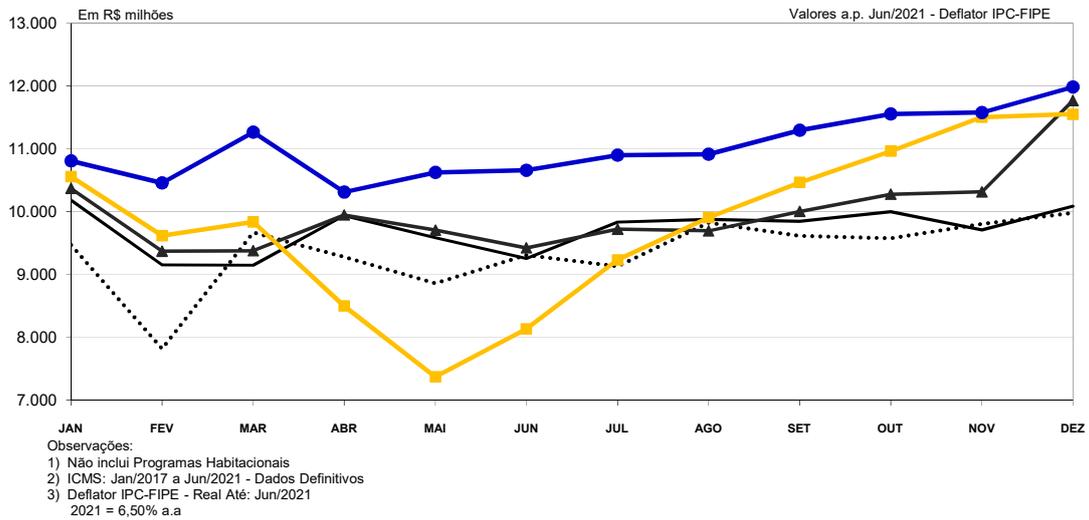


GRÁFICO 7
ARRECAÇÃO ICMS 2017 a 2021
DADOS COMPARATIVOS MENSAIS

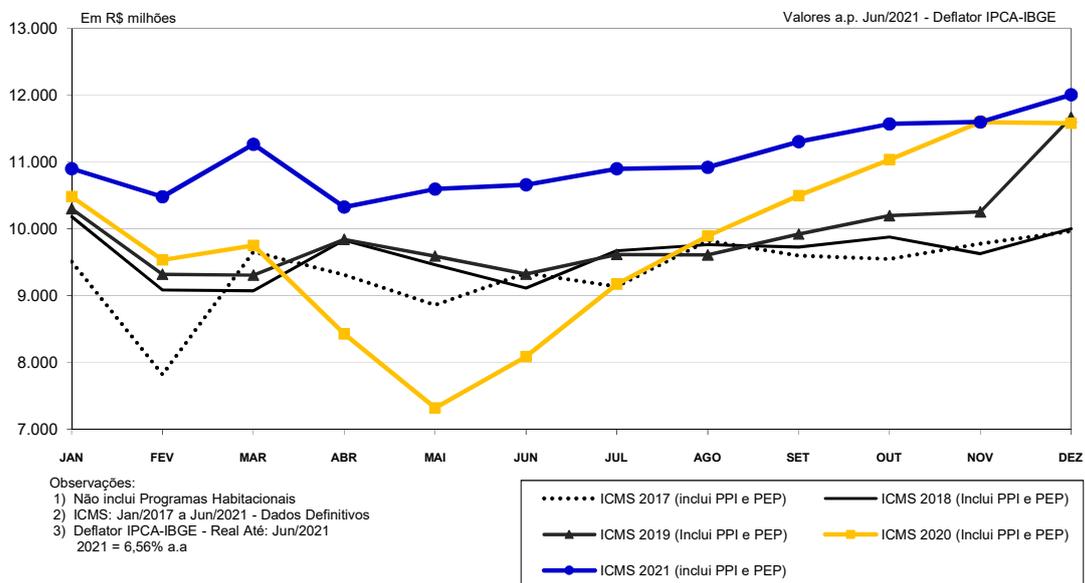
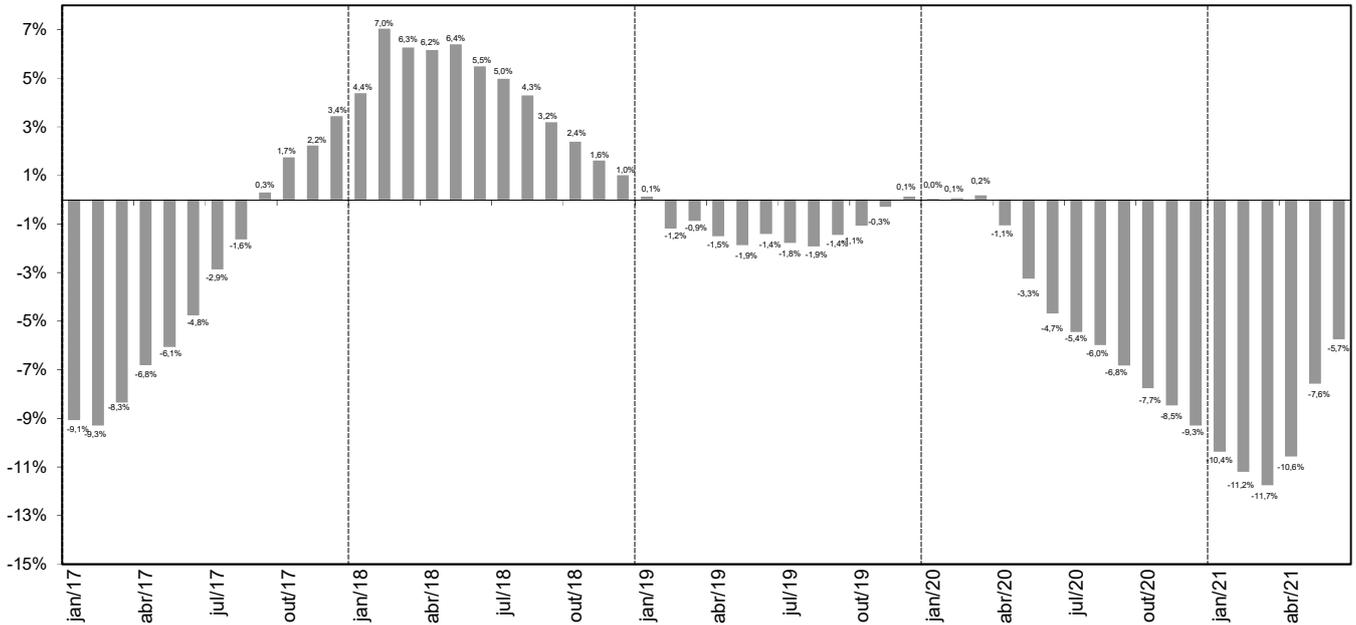


GRÁFICO 8

Varição da Arrecadação de ICMS acumulada em 12 meses sobre os 12 meses anteriores (Deflator: IGP-DI/FGV)



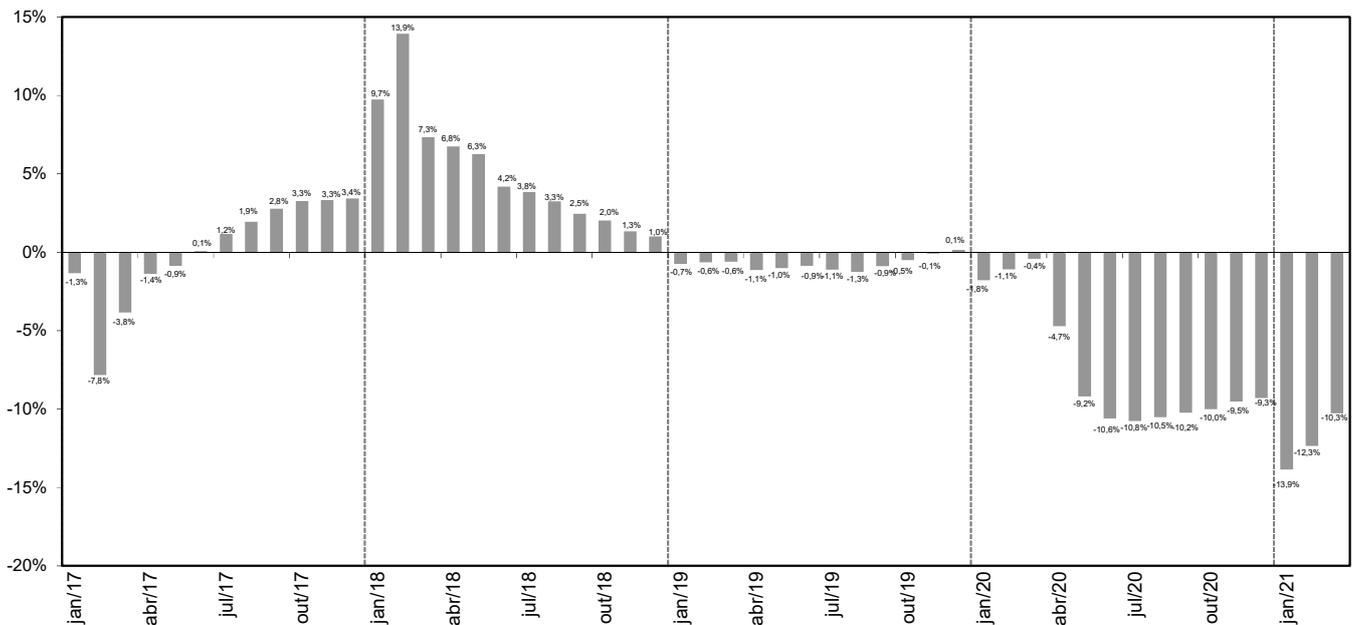
Notas:

- 1) Forma de Cálculo (Exemplo)

$$\% \text{ Jun } 2017 = \frac{\text{Soma Arrec ICMS de Jul 2016 a Jun 2017 em Valores Reais}}{\text{Soma Arrec ICMS de Jul 2015 a Jun 2016 em Valores Reais}}$$
- 2) Exclui Programas Habitacionais
- 3) Exclui PPI e o PEP a partir de Mar/2013

GRÁFICO 9

Varição da Arrecadação de ICMS em cada ano sobre igual período do ano anterior (Deflator: IGP-DI/FGV)



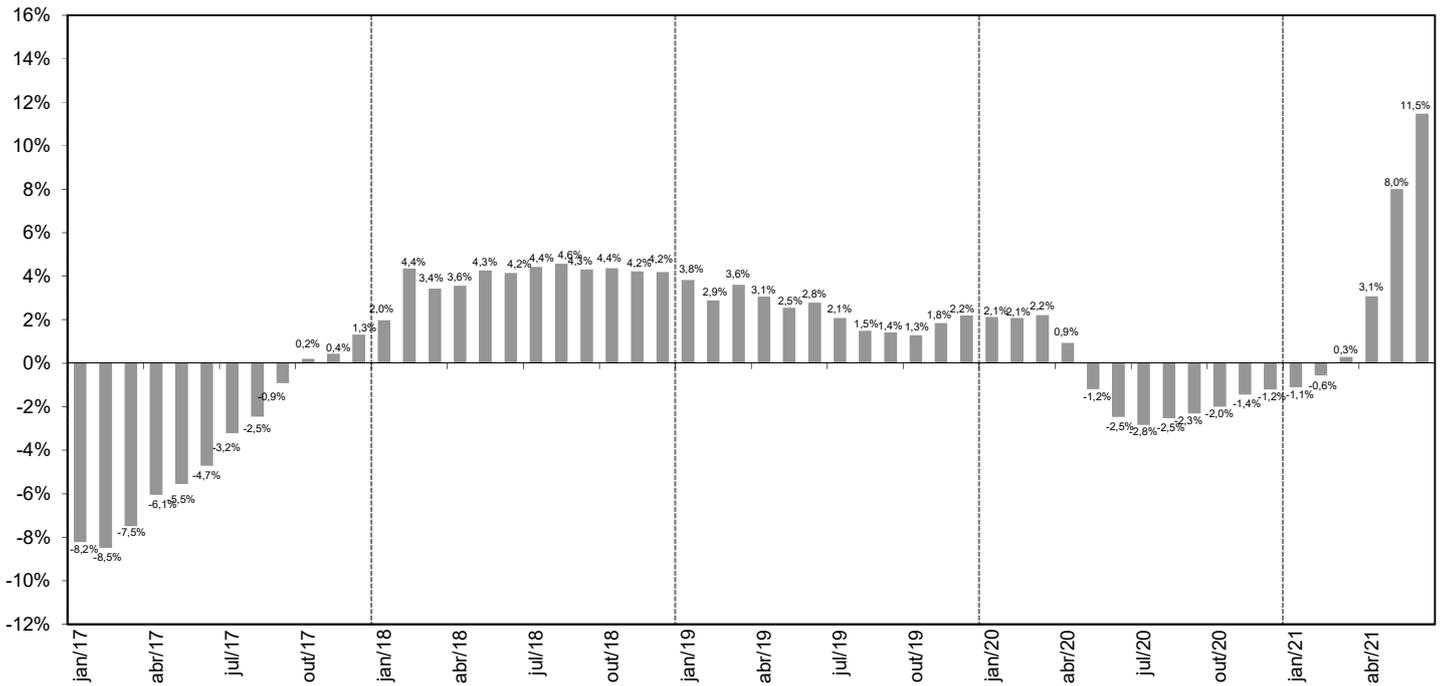
Notas:

- 1) Forma de cálculo (Exemplo)

$$\% \text{ Jan } 2017 = \frac{\text{Soma Arrec ICMS de Jan 2017 a Jun 2017 em Valores Reais}}{\text{Soma Arrec ICMS de Jan 2016 a Jun 2016 em Valores Reais}}$$
- 2) Exclui Programas Habitacionais
- 3) Exclui PPI e o PEP a partir de Mar/2013

GRÁFICO 10

Varição da Arrecadação de ICMS acumulada em 12 meses sobre os 12 meses anteriores (Deflator: IPC-FIPE)



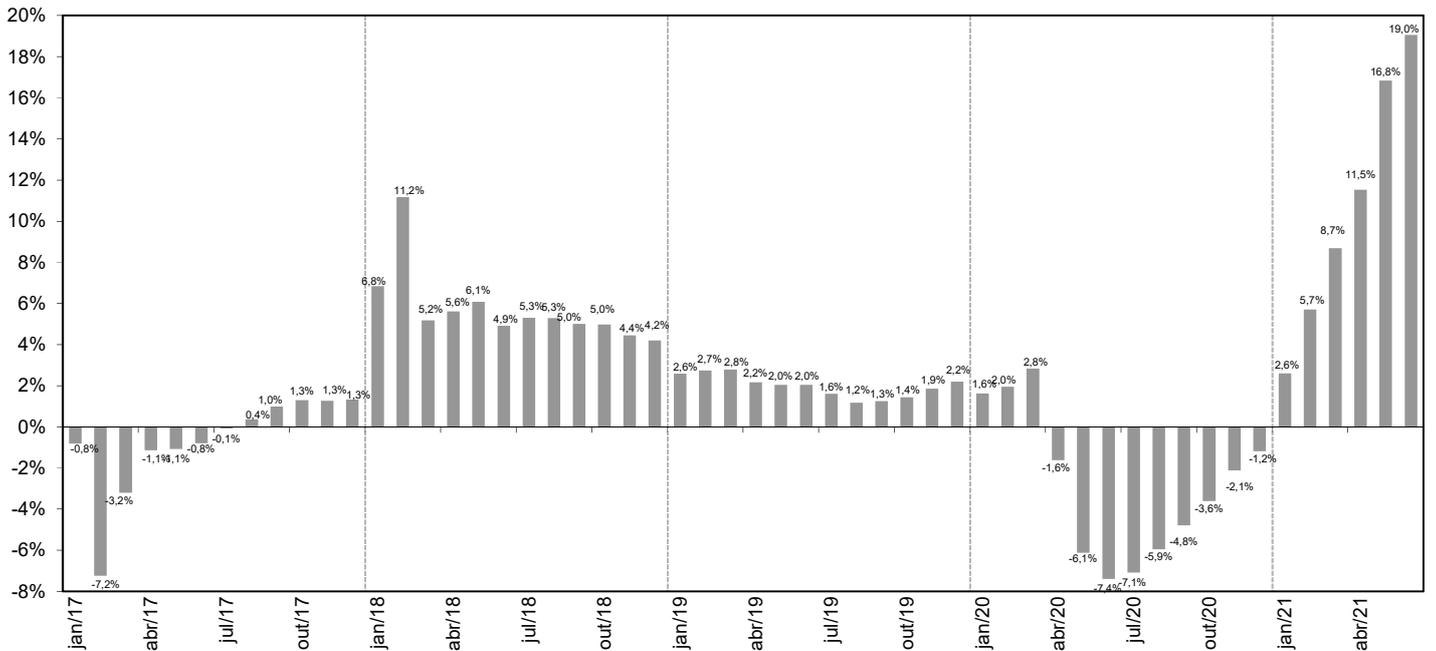
Notas:

- 1) Forma de Cálculo (Exemplo)

$$\% \text{ Jun } 2017 = \frac{\text{Soma Arrec ICMS de Jul } 2016 \text{ a Jun } 2017 \text{ em Valores Reais}}{\text{Soma Arrec ICMS de Jul } 2015 \text{ a Jun } 2016 \text{ em Valores Reais}}$$
- 2) Exclui Programas Habitacionais
- 3) Exclui PPI e o PEP a partir de Mar/2013

GRÁFICO 11

Varição da Arrecadação de ICMS em cada ano sobre igual período do ano anterior (Deflator: IPC-FIPE)



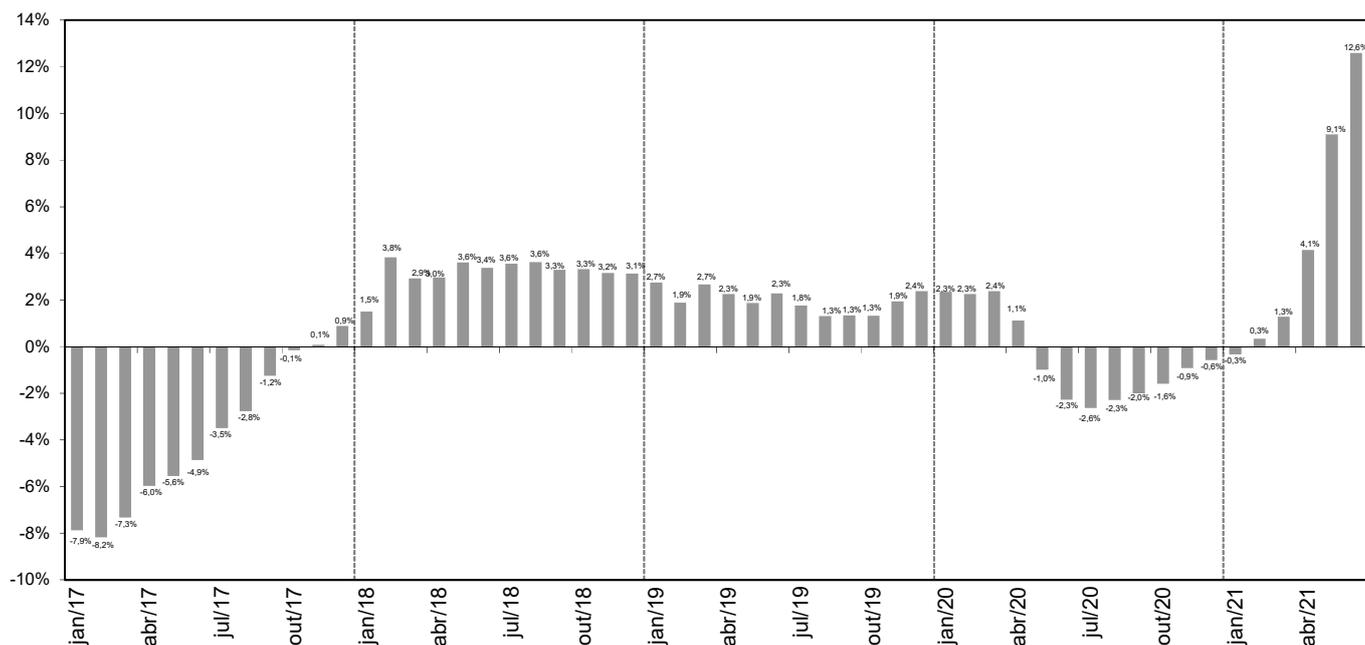
Notas:

- 1) Forma de Cálculo (Exemplo)

$$\% \text{ Jan } 2017 = \frac{\text{Soma Arrec ICMS de Jan } 2017 \text{ a Jun } 2017 \text{ em Valores Reais}}{\text{Soma Arrec ICMS de Jan } 2016 \text{ a Jun } 2016 \text{ em Valores Reais}}$$
- 2) Exclui Programas Habitacionais
- 3) Exclui PPI e o PEP a partir de Mar/2013

GRÁFICO 12

Varição da Arrecadação de ICMS acumulada em
12 meses sobre os 12 meses anteriores (Deflator: IPCA/IBGE)



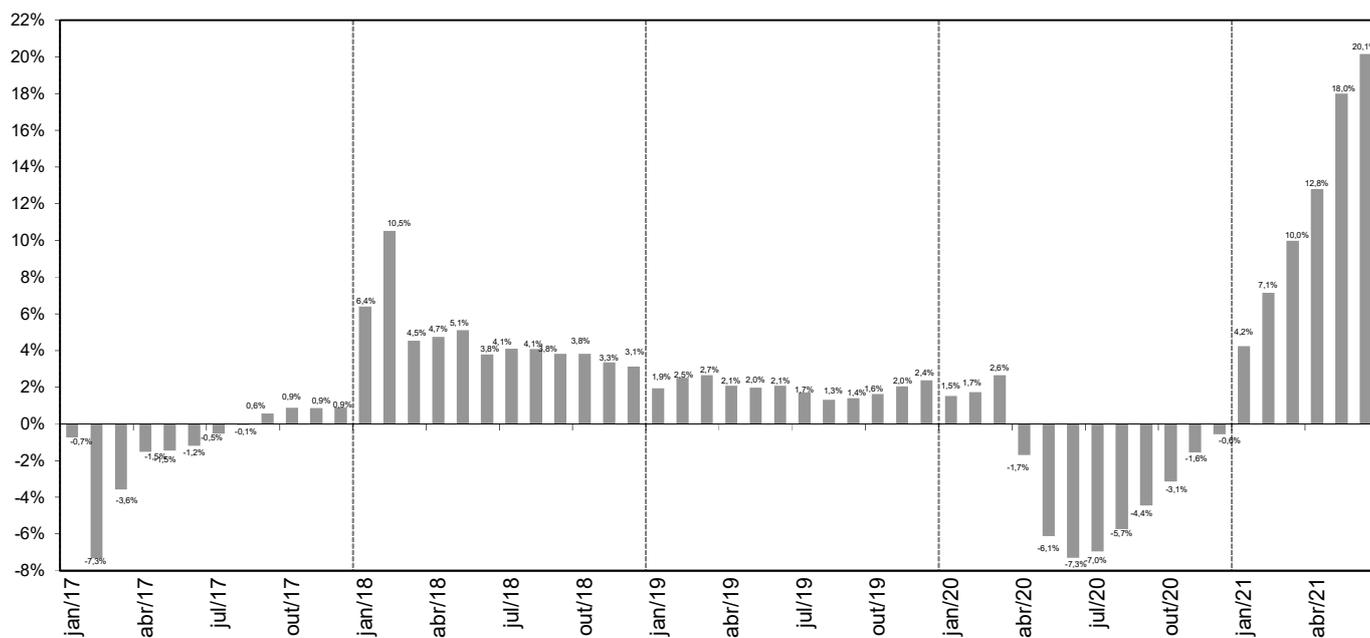
Notas:

- 1) Forma de Cálculo (Exemplo)

$$\% \text{ Jun } 2017 = \frac{\text{Soma Arrec ICMS de Jul } 2016 \text{ a Jun } 2017 \text{ em Valores Reais}}{\text{Soma Arrec ICMS de Jul } 2015 \text{ a Jun } 2016 \text{ em Valores Reais}}$$
- 2) Exclui Programas Habitacionais
- 3) Exclui PPI e o PEP a partir de Mar/2013

GRÁFICO 13

Varição da Arrecadação de ICMS em cada ano
sobre igual período do ano anterior (Deflator: IPCA/IBGE)



Notas:

- 1) Forma de Cálculo (Exemplo)

$$\% \text{ Jan } 2017 = \frac{\text{Soma Arrec ICMS de Jan } 2017 \text{ a Jun } 2017 \text{ em Valores Reais}}{\text{Soma Arrec ICMS de Jan } 2016 \text{ a Jun } 2016 \text{ em Valores Reais}}$$
- 2) Exclui Programas Habitacionais
- 3) Exclui PPI e o PEP a partir de Mar/2013

RESERVA ESTRATÉGICA

POSIÇÃO 30/06/2021

A - SALDO FINANCEIRO* (POSIÇÃO EM 30/06/2021) R\$ 687.792.063

UNICAMP - EVOLUÇÃO DO SALDO DE DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS
ORIGEM ORÇAMENTÁRIA (1)
Janeiro/2010 a Junho/2021



(1) Valores Nominais. Posição no último dia útil do mês



Fls. nº _____

Proc. nº 01-P-19600/20

Rubrica _____

PROC. Nº 01-P-19600/2020

INTERESSADO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ASSUNTO : Segunda Revisão do Orçamento 2021
am

PARECER COP/CONSU-05/2021

A COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO em sua 2ª Reunião Extraordinária de 2021, realizada em 05.08.21, manifestou-se, com 01 abstenção, favoravelmente à Informação Aeplan nº 0621/21, que trata da Segunda Revisão do Orçamento 2021.

À CAD para providências.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz",
05 de agosto de 2021

Prof. Dr. FERNANDO SARTI
Presidente

Documento assinado eletronicamente por **Fernando Sarti, PRÓ-REITOR**, em 06/08/2021, às 15:35 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
5DE8F821 D5904B90 935AE653 D5CB0DD6





Secretaria Geral

Fls. nº
Proc. nº 01-P-19600/2020
Rubrica

PROCESSO Nº: 01-P-19600/2020
INTERESSADO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
ASSUNTO: Orçamento 2021 - 2ª Revisão

PARECER CAD nº 6/2021

A CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO em sua 369ª Sessão, realizada em 10.08.21, tomou ciência da Informação Aeplan-621/21, discutiu o assunto e manifestou-se, por unanimidade, favoravelmente ao Parecer COP-Consu-05/21 referente à Segunda Revisão do Orçamento de 2021.

Ao Consu para deliberação.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
11 de agosto de 2021

ÂNGELA DE NORONHA BIGNAMI
Secretária Geral

Documento assinado eletronicamente por **ANGELA DE NORONHA BIGNAMI, SECRETÁRIO GERAL**, em 11/08/2021, às 11:16 horas, conforme Art. 10 § 2º da MP 2.200/2001 e Art. 1º da Resolução GR 54/2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
1E020EF4 8C284800 BF64B683 2BC99A52

